FABRÍCIO ANGERAMI POLI

O DANO SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientadora: Professora Associada Patrícia Faga Iglecias Lemos

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO – 2014**

FABRÍCIO ANGERAMI POLI

O Dano Social

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Professora Associada Patrícia Faga Iglecias Lemos.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO – 2014

Resumo

O atual cenário da sociedade, caracterizada pela vigilância, exploração dos recursos naturais e consumo desenfreado de bens, que acabam por produzir danos de massa, traz à Responsabilidade Civil papel de oferecer instrumentos que garantam proteção dessa mesma coletividade contra esses ilícitos que prejudicam a qualidade de vida geral, rebaixando o patrimônio social. Assim, desempenhar unicamente o papel de reparação ou compensação do dano não se mostra mais suficiente à Responsabilidade Civil, que é demandada a apresentar soluções que coloquem em prática as suas funções punitiva e preventiva. Nesse contexto, em que o coletivo sobrepõe-se ao individual, e que os danos ultrapassam as relações interpessoais, os mecanismos de proteção apresentados pelo atual ordenamento jurídico brasileiro não se mostram mais suficientes para combater os novos tipos de lesões que atingem a sociedade, mostrando-se necessário o aprofundamento sobre a questão de danos extrapatrimoniais, em âmbito coletivo, especialmente no que tange ao seu controle em um cenário em que os representantes da coletividade não conseguem suprir a demanda de ações que deveriam promover. O enfrentamento de tal questão levou à proposição do reconhecimento de uma nova modalidade de dano, que vem sendo, paulatinamente, encarada e debatida pelo Poder Judiciário. Para isso, foi necessário recorrer-se a apontamentos históricos a respeito da Responsabilidade Civil, seu desenvolvimento e, especialmente, necessidade de reconhecimento de vários tipos de danos ao longo dos anos, além de análise conceitual, axiológica e funcional do dano extrapatrimonial, e o estudo sobre a experiência estrangeira, os resultados obtidos por outros ordenamentos jurídicos na aplicação de figuras similares a que se propôs fosse reconhecida neste estudo. Todo esse esforço foi necessário para legitimar o reconhecimento de um dano social, ou seja, sedimentar as bases de uma nova categoria de dano, para que seja ela aceita e aplicada na solução de casos que demandam medidas mais efetivas, que o ordenamento jurídico brasileiro ainda não foi capaz de apresentar.

Palavras-chave: Dano social. Interesses coletivos e difusos. Punição. Prevenção. Patrimônio social. Qualidade de vida. Segurança.

Abstract

The present scenario of society characterized by vigilance, exploitation of natural resources and rampant consumerism end up producing massive damages. That phenomena forces civil liability to offer tools that guarantee society protection against those illicit acts that harm general life quality, lowering social standards. Therefore, providing compensation for damages caused is no longer enough for social liability, which is faced with the challenge of presenting solutions that take into consideration both punitive and preventive aspects. In this context, in which society prevails the individual, as well as damages surpass interpersonal relationships, protection mechanisms provided by the Brazilian judicial system are no longer sufficient to combat newer kinds of damages, that affect society as a whole. Hence, it is necessary to deepen the studies on the matter of moral damages on a social bias, specially its control of a situation in which society representatives can't cope with the proposition of law suits that they are expected to. The study of this question led to proposing a new category of damage, that has been gradually faced and discussed by Brazilian Courts. In order to achieve that, it was necessary to make use of historic studies on the development of civil liability and specially the need to recognize several different kinds of damages throughout the years. That also included a conceptual, axiological and functional analysis of moral damages, as well as a study on the foreign experiences and the results they obtained when making use of similar institutes to the one proposed in the core of this study. All this effort was necessary to legitimize the acknowledgement of social damage, in order to create the basis for a new damage category, so that it be accepted and used on the solution of cases that demand more effective measures that the Brazilian legal system hasn't been able to present yet.

Key-words: Social damage. Collective and social interests. Punishment. Prevention. Social patrimony. Life quality. Security.

INTRODUÇÃO

O Direito vem testemunhando inúmeras e intensas transformações ao longo do último século, que podem ser atribuídas a também constante mudança da configuração da sociedade, em que, cada vez mais, engrandece-se a pessoa e, conseqüentemente, a sua dignidade, ao patamar mais elevado de proteção, que antes era reservado mais à propriedade e à posse.

Assim, noções como a impossibilidade de alteração do contrato (*pacta sunt servanda*) ou a proteção absoluta da propriedade são gradativamente substituídas por uma exigência de adoção de conduta leal, em respeito ao valor da confiança, assim como à necessidade de assunção de um papel social do bem ou do negócio jurídico.

Da mesma forma, a culpa, antes essencial para a configuração de um dever de reparação de dano, cede lugar a uma visão objetiva da responsabilidade civil, baseada numa teoria em que o risco da atividade é preponderante para determinar a obrigação de indenizar.

Essa análise objetiva da responsabilidade civil e do próprio dano distancia, mais e mais, os antigos sentimentos de vingança observados nos primórdios da civilização – base de um dever de indenizar –, trazendo ao direito, principalmente pela atuação da jurisprudência, quase que uma fórmula de um direito de danos: sabe-se qual conduta gera responsabilidade de indenizar e qual será o valor dessa reparação, cabendo ao julgador, em grande parte das vezes, fazer quase que uma aplicação aritmética para chegar a um produto final (fatos + lei = sentença).

No entanto, com o avanço tecnológico da sociedade, com a produção em massa e o conseqüente incremento dos meios de fiscalização quanto aos danos gerados por atividades de risco, ou por condutas egocêntricas que procuram diretamente a produção de um dano, o Direito, em um movimento pendular, volta-se novamente aos primórdios da civilização, lá buscando socorro, tomando emprestadas antigas noções de pena privada ou sanção civil, associadas a um sentimento não mais tão relacionado a uma vingança, mas a uma resposta

exigida pela sociedade, tentando se aproximar de um conceito de justiça como solução à intolerância da camada social em relação a essas práticas danosas.

De um lado, ainda é presente o dano como concebido, atrelado a uma lesão material ou a um prejuízo não econômico. De outro, surgem situações relacionadas a microlesões, em que não se permite visualizar um prejuízo individual, ou a ilícitos lucrativos, pelos quais a simples reparação ainda trará inequívoco lucro ao ofensor, ou mesmo lesões de gravidade exacerbada, que aviltam o patrimônio coletivo e o senso comum de justiça, sem resposta adequada no ordenamento jurídico.

Os instrumentos conhecidos pelo Direito, assim, tornam-se insuficientes à retificação dessas situações, erigindo-se novas categorias de danos, agora coletivos ou difusos, marcados por uma clara intenção não somente de reparar, mas de punir e dissuadir.

Esse movimento, que sai da reparação de um dano – sem com ela se descuidar – em direção a uma punição é retomado, inicialmente, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América¹, não sem sofrer candente crítica.

Passadas diversas décadas da retomada da aplicação de uma pena civil, percebe-se o seu assentamento e maior aceitação em uma grande variedade de casos, com indenizações controladas e limitadas.

Assim que diversos outros ordenamentos jurídicos, vítimas dos mesmos problemas, passam a adotar uma noção voltada à prevenção de condutas lesivas. A responsabilidade civil que, inicialmente, repousava seus cuidados somente na compensação de um dano, passa a se preocupar com a sua prevenção.

Surgem, nessa esteira, dúvidas a respeito de quais mecanismos podem se valer os aplicadores do direito para efetivar as funções preventiva e punitiva da responsabilidade civil. Pode o dano moral servir a essa finalidade? É possível visualizar um caráter punitivo

¹ A figura dos *punitive damages* traz à tona, novamente, a ideia de aplicação de uma sanção civil, como será verificado neste estudo, no capítulo III

ou preventivo ao dano moral? As soluções atuais, encontradas pela jurisprudência, de aplicação de uma sanção punitiva são adequadas?

Para chegar a essas respostas, pretende-se mostrar, inicialmente, a evolução da responsabilidade civil, mediante o aparente abandono da culpa, centrando-se na ideia de prejuízo e sua necessária reparação, com a sua posterior e necessária retomada, pela análise da ética das relações e da conduta das partes.

Ao final, pretende-se apresentar uma solução para a questão, talvez não definitiva e, muito menos, milagrosa, já que a sedimentação de uma nova teoria depende dos ajustes que somente o empirismo pode conferir. Com a utilização de novos critérios – nem tão novos, porquanto já utilizados, mas de forma indevida –, a busca pela apresentação de uma solução, com o reconhecimento de uma nova categoria de dano, encontrará em sua aplicação o melhor termômetro para a sua eficácia, devendo haver mais audácia e menos conservadorismo da doutrina e dos Tribunais na busca de instrumentos de proteção tão ressentidos pela coletividade.

CONCLUSÃO

A atual sociedade de consumo, delineada pela globalização, pelos constantes avanços tecnológicos, malgrado beneficie-se dessa era da tecnologia, é, ao mesmo tempo, alvo de danos de massa², figura antes não conhecida ou apreendida pelo direito, mas que, atualmente, é objeto de grande preocupação.

Como visto, os presentes instrumentos de proteção e prevenção desses novos tipos de danos não têm se mostrado adequados para o controle dessas lesões em cadeia, ou mesmo não foram tais danos profundamente analisados no ordenamento jurídico brasileiro, o que leva à sua ineficiente e deficitária remediação.

Quanto a essa realidade não pode ficar alheio o ordenamento jurídico. A responsabilidade civil, que sempre enfrentou os conflitos que lhe demandaram resposta, deve se amoldar à realidade de seu tempo, como sempre o fez, reconhecendo novas categorias de danos, e ampliando as suas funções, ou fazendo valer aquelas que já há muito lhe foram reconhecidas.

Certamente, a expressão “o menino é o pai do homem”³, de Machado de Assis, presente em sua clássica obra *Memórias Póstumas de Braz Cubas*, revela a preocupação com o futuro dos indivíduos, com a criação da pessoa, no sentido de que o menino é pai do homem que ele se tornará; o homem é filho dos sonhos pretéritos e perspectivas do menino que já foi.

A ausência de combatividade às condutas ilícitas, que rebaixam a qualidade de vida da sociedade, e colocam em xeque a sua segurança, levam uma forte carga axiológica às pessoas afetadas, que é introjetada por cada membro atingido, e passa, após algum tempo, a ser vista talvez não como normal, mas usual. Essa é a mensagem que será passada ao menino e, posteriormente, ao homem, caso não refreadas essas odiosas condutas, que danificam o patrimônio moral coletivo.

² VINEY, Geneviève. *As Tendências Atuais do Direito da Responsabilidade Civil*. In TEPEDINO, Gustavo (coord.). *Direito Civil Contemporâneo. Novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 51/52.

³ Essa expressão dá nome ao título do capítulo 11 da obra.

Decerto, os atentados ao patrimônio social devem se tornar a exceção, e não a regra, como ocorre hodiernamente. Os consumidores de determinados produtos ou serviços sabem que não serão bem atendidos por certos produtores ou fornecedores, e muitas vezes com isso se conformam, já que sabem que não obterão do Poder Judiciário a resposta que precisam. Da mesma forma, os crimes ambientais não punidos dão a outros potenciais poluidores o exemplo de que não há sanção para esse tipo de crime. Também aquele que inadimple com as suas obrigações, e que não sofre qualquer punição, mostra à sociedade que a prática ilícita compensa, incentivando a sua reiteração.

Por isso que as funções punitiva e preventiva da responsabilidade civil mostram-se fundamentais para o reconhecimento de novos instrumentos de proteção contra esses danos de massa, ou melhor, para o reconhecimento de uma nova categoria de dano, que resulta não da doutrina ou da legislação, mas de efusivos movimentos da própria sociedade, em busca de uma resposta efetiva aos atentados contra o seu patrimônio.

Ao cabo deste trabalho, repete-se aquilo que foi afirmado em seu começo: não se pretende aqui apresentar uma solução milagrosa para esses problemas. Mas, bem estruturada a figura de uma nova categoria de dano, com a solidificação das bases em que se assenta, definição de hipóteses de aplicação, e apontamento do real intuito de sua utilização, torna-se possível, por meio de seu reconhecimento e emprego no caso concreto, pela experimentação empírica, que se chegue a um ideal alcançável, atingível, não mais distante e intangível.

Apenas com o reconhecimento de uma nova categoria de dano será possível aplicar, explicitamente, uma indenização punitiva, com vista à prevenção de danos, da adoção de um padrão de conduta esperado pela sociedade, deixando de se mascarar esse intuito em compensações que acabam não se prestando nem para reparar a vítima, muito menos para dissuadir o ofensor ou potenciais lesantes.

Também quanto ao caráter distributivo da indenização, a repartição dos valores ou dos benefícios trazidos pela compensação (por meio de obrigações de fazer) à sociedade torna mais factível a ideia de reparação coletiva, fugindo do aspecto individual, o que não apenas contorna o repúdio ao enriquecimento sem causa tanto combatido pelos Tribunais,

quanto traz à reparação aqueles que, por falta de conhecimento, falta de interesse, ou falta de dinheiro, mas também vítimas do mesmo dano, não ingressariam com uma ação individual de reparação.

Manifestamente, a aceitação de tal medida trará mais coesão e força a uma sociedade estressada, que perde, cada vez mais, a confiança em seus representantes, sobretudo no Estado, que deveria protegê-la e por ela zelar.

Faz-se, da mesma forma, com que a sociedade possa agir em nome próprio, legitimando os seus direitos, sem precisar aguardar a boa intenção dos já assoberbados defensores da coletividade ou das desinteressadas associações na propositura de ações coletivas.

E não é de esquecer que ampliar o espectro da resposta civil à ocorrência danosa é, de maneira mais clara, “*prestigiar dado axiológico fundamental ao sistema, haurido desde a previsão do art. 3º, I, da Constituição Federal*”. Se o objetivo básico da República é a construção de uma sociedade justa e solidária, admite-se que tal só se dê com o estabelecimento de relações que sejam equilibradas. “*Sem razoável equilíbrio, nenhuma relação é justa, tampouco solidária*”⁴.

Que a sociedade não caminhe para o mesmo rumo de Braz Cubas, que, no ocaso da vida, ponderando os seus fracassos, contentou-se com o fato de não ter deixado filhos, para que não fosse transmitido “*o legado de nossa miséria*”. Somente com o exemplo das condutas leais – e, conseqüentemente, a repressão daquelas inidôneas –, da verdadeira solidariedade, será possível que a coletividade prospere, harmonizando-se de forma equilibrada e justa.

⁴ GODOY, Claudio Luiz Bueno de. *Responsabilidade Civil Pelo Risco da Atividade*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 166.

BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE, João Ricardo Brandão. *Responsabilidade e Informação – Efeitos jurídicos das informações, conselhos e recomendações entre particulares*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ÁLVAREZ, Agustín. *Repensando la Incorporación de los Daños Punitivos*. Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba. In <http://www.acaderc.org.ar/doctrina/articulos/repensando-la-incorporacion-de-los-danos-punitivos>, consultado em 2/10/2013.

AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

AMARO, Elisabete Aloia. *Responsabilidade civil por ofensa aos direitos da personalidade*. In NERY, Rosa Maria de Andrade et DONNINI, Rogério (coord.). *Responsabilidade Civil: estudos em homenagem ao professor Rui Geraldo Camargo Viana*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. *A Evolução do Conceito de Dano Moral*. In http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_civil/a_evolucao_do_conceito_de_dano_moral.pdf, consultado em 13/2/2012.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. *Dano Moral & Indenização Punitiva: Os punitive damages na experiência do common law e na perspectiva do direito brasileiro*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. *Indenização Punitiva*. Texto disponibilizado no Banco do Conhecimento em 18/8/2008, http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=dd10e43d-25e9-478f-a346-ec511dd4188a, consultado em 10/9/2012.

AQUINO, Tomás de. *Suma de Teologia*. Vol. III, Parte II-II, versão digital da Biblioteca de Autores Cristãos, in <http://www.bac-editorial.com>, consultado em 27/5/2013.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de (coord.). *Comentários ao Código Civil: Parte especial do direito das obrigações*. Volume 11, 2002.

_____. *Interpretação do Contrato pelo exame da vontade contratual. O comportamento das partes posterior à celebração. Interpretação e efeitos do contrato conforme o princípio da boa-fé objetiva. Impossibilidade de venire contra factum proprium e de utilização de dois pesos e duas medidas (tu quoque). Efeitos do contrato e sinalagma. A assunção pelos contratantes de riscos específicos e a impossibilidade de fugir do “Programa Contratual” estabelecido*. pp. 159/172 Estudos e Pareceres de Direito Privado – Com remissões ao novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002). São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. *O direito como sistema complexo e de 2ª ordem. Ato nulo e ato ilícito. Diferença do espírito entre responsabilidade civil e penal. Necessidade de prejuízo para haver direito de indenização na responsabilidade civil*. In: *Estudos e pareceres de direito*

privado: Com remissões ao novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2012). Saraiva: São Paulo, 2004.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social.* In *Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BALLONE, Geraldo José. *Estresse – Introdução.* In <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=11>, revisado em 2008, consultado em 7/5/2012.

BAPTISTA, Silvio Neves. *Teoria Geral do Dano: De acordo com o Novo Código Civil Brasileiro.* São Paulo: Atlas, 2003.

BARROS, Paula Cristina Lippi Pereira de. *A sanção socioeducativa como compensação não patrimonial do dano.* Dissertação de mestrado defendida em 2010, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP p. 109, disponível em <http://www.dominipublico.gov.br/download/teste/arqs/cp137993.pdf>, consultado em 7/10/2013.

BART, Jean. *Histoire du droit*, 2ª edição, Paris: Dalloz, 2001.

BDINE JUNIOR, Hamid Charaf. *Responsabilidade civil pelo fato do serviço.* P. 383. In LOTUFO, Renan e MARTINS, Fernando Rodrigues (coord.). *20 anos de Código de Defesa do Consumidor: conquistas, desafios e perspectivas.* São Paulo: Saraiva, 2011.

BELLI, Benoni. Polícia, “Tolerância Zero” e Exclusão Social. p. 160. In *Revista Novos Estudos*, CEBRAP, nº 58, novembro/2000.

BENNACCHIO, Marcelo. *Responsabilidade civil do comerciante por defeito do produto.* P. 359. In LOTUFO, Renan et MARTINS, Fernando Rodrigues (coord.). *20 anos de Código de Defesa do Consumidor: conquistas, desafios e perspectivas.* São Paulo: Saraiva, 2011.

BERGSTEIN. Gilberto. *A informação na relação médico-paciente.* São Paulo: Saraiva.

BESSA, Leonardo Roscoe. *Dano Moral Coletivo.* In *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 59, jul./set., 2006.

BITTAR, Carlos Alberto. *Reparação Civil Por Danos Morais.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. *Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro.* Jus Navigandi, Teresina, ano 10 (/revista/ edicoes/2005), n.559 (/revista/ edicoes/ 2005/ 1/ 17), 17 (/revista/ edicoes/2005/1/17) jan. (/ revista/ edicoes/ 2005/ 1) 2005 (/revista/ edicoes/ 2005). Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/6183>, consultado em 16/10/2013.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos.* 2ª Tiragem, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. *A Era dos direitos.* Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORGHI, Hélio. *Responsabilidade civil: reflexões doutrinárias sobre o Estado*. P. 250/251. In NERY, Rosa Maria de Andrade et DONNINI, Rogério (coord.). *Responsabilidade Civil: estudos em homenagem ao professor Rui Geraldo Camargo Viana*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BROGGINI, Gerardo. *Compabilità di Sentenze Statunitensi di Condanna al Risarcimento di "Punitive Damages" com il Diritto Europeo Della Responsabilità Civil*, p. 483 e 487. In BONELL, Joachim et alli. *Europa e diritto privato*. Milão: Giuffrè, Rivista trimestral, nº 45, 1998.

BUDYLIN, Sergey. *Punitive Damages as a Social Harm Measure: Economic Analysis Continues*. In http://works.bepress.com/sergey_budylin/1, consultado em 30/3/2013.

CAHALI, Youssef Said. *Dano Moral*. 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

CAPPELLETTI, Mauro. *Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil*. São Paulo, Revista de Processo, n. 5, p. 7, 1977.

CARBASSE, Jean-Marie. *Manuel d'introduction historique au Droit*, 3ª edição, Paris: PUF, 2001.

CASILLO, João. *Dano à pessoa e sua indenização*. 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

CARVALHO NETO, Inacio de. *Abuso do direito*. 5ª edição, Curitiba: Juruá, 2010.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Os Danos Morais no Judiciário Brasileiro e sua Evolução desde 1988*. In TEPEDINO, Gustavo (coord.). *Direito Civil Contemporâneo. Novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Programa de Direito do Consumidor*. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Programa de Responsabilidade Civil*. 7ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

CHAMATROPULOS, Demetrio Alejandro. *Los Daños Punitivos en la Argentina: Legislación. Jurisprudencia. Doctrina*. Buenos Aires: Errepar, 2009.

CHANIAL, Jean-Baptiste; MASSOT, Pierre. *L'aggravation des sanctions pénales en matière de contrefaçon: coup dans l'eau dans la lutte contre la contrefaçon?*. In <http://www.legalbiznext.com/droit>, consultado em 2/7/2012.

COMPIANI, María Fabiana. *Responsabilidad por daños colectivos*. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, SP, ano 9, n. 36, p. 185-198, out.-dez. 2000.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha Menezes. *Da boa fé no Direito Civil*. Coimbra: Almedina, 2007.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. *Direito das obrigações*. 6ª edição, Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

DANTAS, San Tiago. *Programa de Direito Civil*. Vol II, Rio de Janeiro: Editora Rio, 1983.

DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. 6ª edição, Volumes I e II, Rio de Janeiro: Forense, 1979.

DÍEZ-PICAZO, Luis. *Em Torno al Daño Moral*. P. 248, In ANDRADE, Manuel da Costa et al (coord.). *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*. Vol. IV, Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

FACIO, Jorge Peirano. *Responsabilidad Extracontratual*. Montevideo: Barneiro y Ramos S.A., 1954.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Direitos privados de personalidade: subsídios para a sua especificação e sistematização*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 55, n. 370, agosto, 1966.

_____. *Instituições de direito civil*. 2ª edição, São Paulo: Saraiva, 1991.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil, volume I: parte geral*. 7ª edição, São Paulo: Saraiva, 2006.

GALLO, Paolo. *Pene private e responsabilità civile*. Milano: Giuffrè, 1996.

GARCIA, José Augusto. *O princípio da dimensão coletiva das relações de consumo: reflexos no “processo do consumidor”, especialmente quanto aos danos morais e às conciliações*. Revista de Direito do Consumidor, vol. 28, out/dez.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. *Alguns apontamentos sobre o dano moral, sua configuração e o arbitramento da indenização*. p. 379. In CASSETTARI, Christiano. *10 anos de vigência do Código Civil Brasileiro de 2002*. Saraiva: São Paulo, 2013.

_____. *Responsabilidade Civil Pelo Risco da Atividade*. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil*. 2ª edição, São Paulo: Saraiva, vol. IV.

_____. *Responsabilidade Civil: de acordo com o novo código civil*. 8ª edição, São Paulo: Saraiva, 2003.

GONÇALVES, Vitor Fernandes. *A Punição na Responsabilidade Civil: a indenização do dano moral e da lesão a interesses difusos*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

GONZÁLEZ, Matilde Zavala de. *Ressarcimiento del daño moral*. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2009.

GUERRA, Alexandre. *Responsabilidade Civil por Abuso do Direito: entre o exercício inadmissível de posições jurídicas e o direito de danos*. São Paulo: Saraiva, 2011.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Responsabilidade Pressuposta*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ITURRASPE, Jorge Mosset. *Responsabilidad por Daños: responsabilidade de los profesionales*. Tomo VIII, Buenos Aires: Rubinzal – Culzoni Editores, 2004.

JOSSERAND, Étienne Louis. *De l'abus Du droit*. In *Bulletin de la Société d'Études législatives*, 1905.

_____. *De la responsabilité du fait des choses inanimées*, Paris: A. Rosseau, 1897.

LEITÃO, João Menezes. *Instrumentos de Direito Privado para proteção do ambiente*. In *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, v. 7, p. 59, Coimbra, jun. 1997.

LEITE, José Rubens Morato et AYALA, Patryck de Araújo. *Dano Ambiental: Do individual ao coletivo extrapatrimonial. Teoria e prática*. 3ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LEMOES, Patrícia Faga Iglecias et alli. *Consumo Sustentável*. Caderno de Investigações Científicas, volume 3, Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, Ministério da Justiça, Brasília, 2013, disponível em <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7BB5920EBA-9DBE-46E9-985E-033900EB51EB%7D>, consultado em 8/1/2014.

_____. *Direito Ambiental: Responsabilidade civil e proteção ao meio ambiente*. 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *Meio Ambiente e Responsabilidade Civil do Proprietário*. 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Resíduos Sólidos e Responsabilidade Civil Pós-Consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LEVY, Daniel de Andrade. *Responsabilidade Civil: De um Direito dos Danos a um Direito das Condutas Lesivas*. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Uma Visão Cultural dos Punitive Damages*. In *Revista de Direito Privado – RDPriv*. NERY JUNIOR, Nelson et NERY, Rosa Maria de Andrade (coord.), ano 12, nº 45, janeiro-março, 2011.

LIMA, Alvino. *Culpa e Risco*. 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual de Direito Civil*. 4ª edição, São Paulo: Saraiva, 2009, v. 2.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Danos morais e direitos da personalidade*. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 119, 31 out. 2003. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/4445>, consultado em 29/2/2012.

LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa, Vozes: Petrópolis, 2008.

LOPEZ, Teresa Ancona. *Exercício do direito e suas limitações: abuso do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 885, 2009.

_____. *O dano estético*. 3ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Principais Linhas da Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro Contemporâneo*. In AZEVEDO, Antonio Junqueira de; TÔRRES, Heleno Taveira; CARBONE, Paolo (coord.). *Princípios do Novo Código Civil Brasileiro e Outros Temas – Homenagem a Tullio Ascarelli*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. *Princípio da Precaução e Evolução da Responsabilidade Civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Responsabilidad colectiva, grupos y bienes colectivos*. In LA LEY 1996-D, 1058 - *Responsabilidad Civil Doctrinas Esenciales VI*, 01/01/2007, 925.

LOTUFO, Renan. *Código Civil Comentado*. São Paulo: Saraiva, 2003, vol. 2.

LOURENÇO, Paula Meira. *A Indemnização Punitiva e os Critérios Para A Sua Determinação*. Palestra realizada no Colóquio organizado pelo Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, subordinado ao tema *Responsabilidade Civil – Novas Perspectivas*, realizado nos dias 13 e 14 de Março de 2008, no âmbito do painel dedicado aos *Novos Rumos da Responsabilidade Civil e Teoria da Indemnização Sancionatória*.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. *O Dano Social e sua Reparação*. In <http://www.nucleotrabalhistacalvet.com.br/artigos>, publicado em 13/10/2007, p. 1, consultado em 1º/5/2013.

MALUF, Renata Chade Cattini. *O Aspecto Punitivo da Reparação do Dano Moral*. Dissertação de mestrado defendida no ano de 2004 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MAMAN, Jeannette Antonios. *Fenomenologia existencial do direito: crítica do pensamento jurídico brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

MARQUES, Claudia Lima *et alli*. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARTINS-COSTA, Judith. *A Boa-Fé no Direito Privado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. *Os Avatares do Abuso do Direito e o Rumo indicado pela Boa-fé*. in TEPEDINO, Gustavo (coord.). *Direito Civil Contemporâneo: Novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.

_____.et PARGENDLER, Mariana Souza. *Usos e abusos da função punitiva (punitive damages e o Direito brasileiro)*. In Revista CEJ, Brasília, v. 9, nº 28, jan-mar 2005.

MAZEAUD, Henri y Léon; TUNC, André. *Tratado Teórico y Prático de la Responsabilidad Civil Delictual y Contractual*. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1957, v. 1, t. I.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. *Dano Moral Coletivo*. 3ª edição, São Paulo: LTr, 2012.

MELO, Nehemias Domingos de. *Dano Moral nas Relações de Consumo: doutrina e jurisprudência*. 2ª edição, São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRAGEM, Bruno. *Abuso de Direito: proteção da confiança e limite ao exercício das prerrogativas jurídicas no direito privado*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado: parte especial*. Tomos 7 e 26, Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1971.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Configuração e indenizabilidade de danos morais coletivos decorrentes de lesões a bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro*. In Revista de Direito Ambiental, ano 14, nº 54, abr-jun/2009.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação Civil Pública e a Reparação do Dano Ambiental*. 2ª ed., São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

MONTEIRO, Jorge Ferreira Sinde. *Estudos Sobre a Responsabilidade Civil*. Coimbra: Almedina, 1983.

MONTENEGRO, Antonio Lindbergh C. *Ressarcimento de Danos*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda., 1985.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *A constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil*. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira et SARMENTO, Daniel (coordenadores). *A constitucionalização do direito. Fundamentos teóricos e aplicações específicas*. pp. 233/258, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

_____. *Danos à Pessoa Humana: Uma Leitura Civil-Constitucional dos Danos Morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. *O Princípio da Solidariedade*. In Revista do Departamento de Direito, PUC, Rio de Janeiro.

_____. *Punitive damages em sistemas civilistas: problemas e perspectivas*. In Revista Trimestral de Direito Civil, vol. 18, abr/jun 2004.

NERY JUNIOR, Nelson. *Visão sobre a principiologia do Código de Defesa do Consumidor*. pp. 95/102, in Revista do Advogado: 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor – Desafios atuais, ano XXXI, dezembro-de 2011, nº 114, São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral – uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NORONHA, Fernando. *Direito das Obrigações : Fundamentos do Direito das Obrigações: Introdução à Responsabilidade Civil*. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 1.

OLIVEIRA, Marcius Geraldo Porto de. *Dano Moral: proteção jurídica da consciência*. São Paulo: Editora de Direito, 1999.

PAVÃO, Aguinaldo. *Apontamentos sobre o Estado de Natureza em Hobbes E Locke*. In Dissertatio – Revista de Filosofia, número 9, Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Filosofia, <http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/antigas/dissertatio9.pdf>, consultado em 8/5/2012.

PELUSO, Cezar (coord). *Código Civil Comentado: Doutrina e Jurisprudência*. 5ª edição, Manole: São Paulo, 2011.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Responsabilidade Civil de acordo com a Constituição de 1988*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1992.

PORTO, Mário Moacyr. *Temas de Responsabilidade Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

RAMOS, André de Carvalho. *A ação civil pública e o dano moral coletivo*. In <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/6772-6771-1-PB.htm>, consultado em 2/10/2013.

REIS, Clayton. *Dano Moral*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1994.

RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância: A privacidade hoje*. Organização, seleção e apresentação de Maria Celina Bodin de Moraes, Renovar: Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. 20ª edição, revista e atualizada de acordo com o novo Código Civil, 5ª tiragem, São Paulo: Saraiva, 2008.

ROSENVALD, Nelson. *As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil*. São Paulo: Atlas, 2013.

SALEILLES, Raymond. *Les Accidents de travail et la responsabilité civile essai d'une théorie objective de la responsabilité délictuelle*. Paris: Ed. A. Rousseau, 1897.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Princípio da Reparação Integral: Indenização no Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTANA, Héctor Valverde. *Dano Moral no Direito do Consumidor*. Biblioteca de Direito do Consumidor – vol. 38, São Paulo: Revista dos Tribunais.

SANTOS, Antonio Jeová. *Dano Moral Indenizável*. São Paulo: Lejus, 1997.

SCHREIBER, Anderson. *Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil: Da Erosão dos Filtros da Reparação à Diluição dos Danos*. São Paulo: Atlas, 2007.

SEGUÍ, Adela M. *Aspectos Relevantes de la Responsabilidad Civil Moderna*. In: MARQUES, Claudia Lima (coord.). *Revista de Direito do Consumidor* nº 52, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SEVERO, Sérgio. *Os danos extrapatrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 1996.

SHARKEY, Catherine M. *Punitive damages as societal damages*. In *Yale Law Journal*, nov./2003.

SILVA, Américo Luís Martins da. *O Dano Moral e a Sua Reparação Civil*. 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SILVA FILHO, Artur Marques. *Responsabilidade Civil por Fato do Produto ou do Serviço*. In BITTAR, Carlos Alberto (coord.). *Responsabilidade Civil por Danos a Consumidores*. São Paulo: Saraiva, 1992.

SILVA, Flávio Murilo Tartuce. *Reflexões sobre o dano social*. In http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3537, consultado em 20/11/2012.

SILVA, João Calvão da. *Responsabilidade Civil do Produtor*. Coimbra: Almedina, 1999.

SILVA, Wilson Mello da. *O Dano Moral e a sua Reparação*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SOARES, Orlando. *Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro: teoria, prática forense e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. *Responsabilidade civil ambiental: as dimensões do dano ambiental no Direito brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

TEPEDINO, Gustavo (coord.). *A parte geral do novo Código Civil: Estudos na perspectiva civil-constitucional*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. *A Tutela da Personalidade no Ordenamento Civil-constitucional Brasileiro*. In *Temas de Direito Civil*, 3ª edição, pp. 23/58, Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

_____. *et alli. Código Civil Interpretado Conforme a Constituição da República*. Volume II, Rio de Janeiro: Renovar.

VAZ, Carolina. *Funções da Responsabilidade Civil – Da Reparação à Punição e Dissuasão – Os punitive damages no Direito Comparado e Brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Responsabilidade Civil*. 9ª edição, São Paulo: Atlas, 2009.

VINEY, Geneviève. *Responsabilité*. Archives de Philosophie Du Droit nº 35, Paris: Sirey, 1990.

_____. As Tendências Atuais do Direito da Responsabilidade Civil. In TEPEDINO, Gustavo (coord.). *Direito Civil Contemporâneo. Novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Traité de Droit Civil: Introduction à la Responsabilité*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1995.

WINTERSHEIMER, Donald C. *Does cooper industries v. leatherman tool group, inc. require denovo review by state appellate courts?*. In <https://litigation-essentials.lexisnexis.com/webcd/app?action=DocumentDisplay&crawlid=1&srctype=smi&srcid=3B15&doctype=cite&docid=59+N.Y.U.+Ann.+Surv.+Am.+L.+357&key=9dbf66443fc12f0f4fd10e987883a41d>, consultado em 17/6/2012.

ZAVALA, Rodolfo Martín González, GONZÁLEZ, Matilde Zavala de. *Indemnización punitiva. Responsabilidad por daños em el tercer milenio*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1997.

ZANNONI, Eduardo A. *El Daño en la Responsabilidad Civil*. 2ª edição, Buenos Aires: Astrea, 1993.